

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Em seu caderno de provas, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

PROVA OBJETIVA

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 1

Determinada autarquia federal publicou edital de licitação para contratação de serviços de limpeza nas instalações da sua sede. No referido edital, consta a exigência de que a licitante vencedora contrate um percentual mínimo de mão de obra egressa do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização.

Nesse caso, a exigência constante do certame é

- Ⓐ legal, devendo ser observada a forma estabelecida em regulamento.
- Ⓑ inconstitucional, por ofensa ao princípio da isonomia.
- Ⓒ legal, mas contrária ao princípio da vantajosidade da contratação do serviço.
- Ⓓ ilegal, por restringir o caráter competitivo da licitação.
- Ⓔ legal, independentemente da sua previsão em regulamento.

QUESTÃO 2

Acerca de organização administrativa, órgãos e pessoas jurídicas que a compõem, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na desconcentração, órgão integrante da estrutura de determinada autarquia exerce atividades administrativas sem controle hierárquico.
- Ⓑ **Situação hipotética**: Determinado estado da Federação, para aprovação pelo Poder Legislativo, encaminhou projeto de lei que regulamenta instituição de autarquia e alterações orçamentárias e administrativas de determinada secretaria. **Assertiva**: Nessa situação, esse projeto de lei, apesar de multitemático, deverá ser aprovado à luz do princípio da reserva legal.
- Ⓒ Agências reguladoras são instituídas para disciplinar e fiscalizar a prestação de serviços públicos e, apesar de deterem poder normativo, não dispõem de legitimidade para impor sanções.
- Ⓓ Fundação vinculada a partido político e voltada para fomento ao desenvolvimento econômico e social não poderá ser classificada como organização da sociedade civil de interesse público.
- Ⓔ Os serviços sociais autônomos são criados mediante autorização legislativa, têm como destinação a prestação de serviços públicos sem fins lucrativos e são executados por pessoas jurídicas de direito privado.

QUESTÃO 3

A respeito de atos administrativos, controle da administração pública, e improbidade administrativa, assinale a opção correta, considerando o entendimento dos tribunais superiores.

- Ⓐ Para o STJ, nos processos relativos a improbidade administrativa, a demonstração de indícios razoáveis da autoria e da prática de atos ímprobos não basta para que se determine o recebimento da petição inicial, em obediência ao princípio do *in dubio pro reo*.
- Ⓑ A revogação de ato administrativo é fundada em razões de interesse público — conveniência e oportunidade —, podendo ser efetivada pelo Poder Judiciário no exercício de sua função típica.
- Ⓒ Para o STF, é inconstitucional lei estadual que imponha a análise de validade prévia de contratos administrativos pela corte de contas local.
- Ⓓ **Situação hipotética**: Particulares foram beneficiários de transferências bancárias de um município sem comprovar a prestação de serviços à prefeitura. **Assertiva**: Nessa situação, para o STJ, em eventual ação de improbidade administrativa na qual o município figure como autor, e os particulares, como réus, o processo poderá ser extinto, se firmado um acordo compensatório.
- Ⓔ O Tribunal de Contas da União tem competência para realizar o controle dos Poderes Legislativo e Executivo, quanto à utilização de recursos públicos, mas não do Poder Judiciário, cujo órgão de controle é o Conselho Nacional de Justiça.

QUESTÃO 4

Considerando o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta, no que diz respeito a agentes públicos.

- Ⓐ Para o STJ, em processo disciplinar que apure infração administrativa que configura ação penal, o prazo prescricional será determinado pela pena em abstrato cominada na condenação penal transitada em julgado.
- Ⓑ Para o STJ, é vedado a banca examinadora de concurso público exigir em questão da prova conhecimento de legislação superveniente à publicação do edital.
- Ⓒ Para o STF, não será devido o abono de permanência ao policial civil que permanecer em atividade após o preenchimento dos requisitos para a concessão da aposentadoria voluntária especial.
- Ⓓ Para o STJ, candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas ofertadas em edital terá direito subjetivo à nomeação caso comprove o surgimento de vagas durante a validade do certame.
- Ⓔ Para o STF, processo administrativo disciplinar é válido mesmo quando a defesa técnica da parte não é efetivada por advogado, desde que assegurados a ampla defesa e o contraditório.

QUESTÃO 5

Prédio sede de prefeitura, creches municipais e postos de saúde são bens

- A de uso especial, pois são destinados a uma finalidade pública específica.
- B dominicais e dependem de autorização específica para o seu uso.
- C públicos destinados à prestação de serviços ou à realização de atividade econômica.
- D de uso comum do povo e destinados ao uso livre e gratuito da população.
- E insuscetíveis de alienação.

QUESTÃO 6

Com relação a princípios da administração pública, regime jurídico-administrativo e serviços públicos, assinale a opção correta.

- A A vedação ao nepotismo é regra que alcança os cargos de provimento efetivo, em comissão, as funções gratificadas e os cargos de direção e assessoramento.
- B Indepe de contrapartida do beneficiário, em bens ou serviços, a concessão de patrocínio a evento cultural privado.
- C Serviços públicos *uti universi* são gerais, caracterizados por sua indivisibilidade, remunerados pela cobrança de taxa e oferecidos após a celebração de contrato de concessão.
- D Segundo o STF, é inconstitucional lei estadual que autorize a suspensão temporária do pagamento das tarifas de energia a determinada sociedade de economia mista fornecedora do serviço mediante concessão da União.
- E A prestação de serviço público pode ser delegada a particulares mediante contrato de concessão ou ato administrativo de permissão, incidindo as regras de direito público exclusivamente sobre as concessões.

QUESTÃO 7

No que se refere à intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

- A De acordo com o STJ, urgência em imissão provisória de posse não justifica o deferimento da referida imissão sem a avaliação prévia ou a indenização integral.
- B Para o STF, é constitucional lei estadual que permita à administração pública utilizar, em determinados serviços, veículos particulares apreendidos, criando-se uma hipótese similar à requisição administrativa.
- C Para o STF, no processo administrativo de tombamento, deve-se observar o rito procedimental previsto na lei de processo administrativo federal, que impõe a realização prévia de audiências e consultas públicas.
- D Para o STJ, na hipótese de imóvel improdutivo ser objeto de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, serão devidos juros compensatórios ao expropriado pela imissão provisória e antecipada na posse do bem.
- E Para o STF, restrição ao direito de construir advinda de limitação administrativa resulta, para o proprietário, direito a indenização, ainda que a restrição seja preexistente à aquisição da propriedade e seja de conhecimento do proprietário.

QUESTÃO 8

Acerca do processo administrativo, dos poderes-deveres da administração e do abuso de poder, assinale a opção correta, com base na Lei n.º 9.784/1999, na doutrina e na jurisprudência dos tribunais superiores.

- A A Lei n.º 9.784/1999 trata de normas gerais do processo administrativo aplicáveis ao Poder Executivo federal, não vinculando estados, municípios e Poderes Legislativo e Judiciário quando do exercício de função administrativa.
- B Autoridade competente para apreciar recursos administrativos poderá, em seu período de férias, delegar essa atribuição ao órgão colegiado hierarquicamente superior, em atenção aos princípios da eficiência e da impessoalidade.
- C Autoridade competente agirá com excesso de poder caso pratique ato administrativo com finalidade diversa do interesse público.
- D O poder disciplinar, exercido quando um servidor comete falta funcional, é discricionário não só quanto à obrigatoriedade de punição, mas também quanto à seleção e à aplicação da sanção.
- E Para o STJ, é possível a delegação de atos de fiscalização de sociedade de economia mista, mas não a delegação de atos de imposição de sanções a essas entidades.

QUESTÃO 9

Uma entidade privada sem fins lucrativos sediada em determinado município propôs a esse município uma parceria, sem transferência de recursos financeiros, destinada a conscientizar os cidadãos sobre a importância de inserir pessoas com deficiência no mercado de trabalho local. O gestor público responsável demonstrou interesse na consolidação de parceria entre o município e a entidade, e consultou a procuradoria do município acerca do instrumento jurídico para formalizar o ato.

Nessa situação hipotética, o instrumento jurídico correto a ser adotado, conforme a Lei n.º 13.019/2014, é o

- A termo de colaboração.
- B termo de fomento.
- C acordo de cooperação.
- D convênio.
- E termo de execução descentralizada.

QUESTÃO 10

A administração pública instaurou processo administrativo contra determinado cidadão, para apurar suposta irregularidade no uso de área pública verificada por fiscal. No referido processo, será necessário expedir intimações para o administrado.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, com base apenas nas disposições da Lei n.º 9.784/1999.

- A A intimação deverá ser feita com antecedência mínima de cinco dias úteis em relação à data de comparecimento.
- B Em caso de desatendimento da intimação, serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela administração.
- C A Lei determina expressamente que as intimações deverão ser realizadas por meio eletrônico, salvo absoluta impossibilidade.
- D A grafia dos nomes das partes não deve conter abreviaturas, sob pena de nulidade do ato intimatório.
- E Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem, para o administrado, em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades.

QUESTÃO 11

O sistema de registro de preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços referentes a prestação de serviços e aquisição de bens, com o objetivo de viabilizar futuras contratações pela administração pública.

Acerca desse tema, assinale a opção correta, considerando as disposições da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto n.º 7.892/2013.

- A** O SRP configura uma modalidade especial e autônoma de licitação prevista em norma específica.
- B** Para a realização do procedimento de registro de preços, é indispensável à administração indicar no processo a dotação orçamentária, sob pena de nulidade do ato.
- C** As compras públicas, sempre que possível, serão processadas por meio de SRP.
- D** A órgãos e entidades da administração pública federal é excepcionalmente permitida a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual, desde que devidamente justificada a vantagem.
- E** O prazo máximo de validade da ata de registro de preços será de sessenta meses, já incluídas nesse prazo eventuais prorrogações legalmente autorizadas.

QUESTÃO 12

Em resposta a consulta sobre a validade de determinado ato administrativo, o procurador municipal responsável recomendou a nulidade do ato.

A respeito dessa situação, assinale a opção correta.

- A** Na recomendação, devem estar indicadas, de modo expresso, as consequências jurídicas e administrativas da decretação do ato de invalidação.
- B** Apesar de ter recomendado a nulidade do ato, a procuradoria poderá postular em juízo autorização para celebração de compromisso, a fim de excluir a responsabilidade pessoal do agente público por eventual vício no ato, salvo se este tiver sido praticado com enriquecimento ilícito ou crime.
- C** A procuradoria deverá encaminhar o processo para apuração de responsabilidade do gestor que tenha dado causa à nulidade, se este tiver agido com dolo, mas não com culpa.
- D** A procuradoria, caso verifique que não existem evidências de dano ao erário, deverá recomendar que o vício seja sanado por meio da convalidação.
- E** Apesar de ter recomendado a nulidade do ato, a procuradoria poderá indicar ao gestor municipal a celebração de compromisso de ajustamento com eventuais interessados atingidos pela nulidade, observada a legislação aplicável, devendo haver prévia oitiva do órgão fazendário se o ato envolver transação quanto a sanções e créditos tributários já constituídos.

QUESTÃO 13

Um gestor público consultou a procuradoria municipal acerca da formalização, alteração e execução de contratos administrativos em que o município é parte.

Com fundamento na Lei n.º 8.666/1993, é correto afirmar que o município poderá

- A** firmar instrumento contratual nos casos de concorrência e de tomada de preços.
- B** dispensar a assinatura de termos de contrato que se enquadrem nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade, ainda que apresentem preços compreendidos nos limites legais de tomada de preços, facultada sua substituição por instrumentos congêneres.
- C** firmar instrumentos de contrato nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, salvo se o valor se enquadrar na modalidade de tomada de preços ou concorrência.
- D** alterar unilateralmente os contratos, de forma justificada, quando recomendada tecnicamente a substituição de garantia de execução pelo fiscal do contrato.
- E** indicar um representante especialmente designado para fiscalizar os contratos, vedando a contratação de terceiros para subsidiá-lo com informações inerentes a essa atribuição.

QUESTÃO 14

Acerca de comportamentos vedados pela Lei n.º 8.429/1992, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- A** O agente público que se recusar a prestar declaração de bens quando legalmente exigida pela administração será punido com suspensão.
- B** O gestor público será punido se cometer ato de improbidade com o elemento subjetivo da desonestidade, mas não por mera inabilidade ou culpa.
- C** O ato do agente público que acarrete concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário caracterizará improbidade administrativa se houver sido praticado com dolo, ainda que genérico.
- D** A representação por ato de improbidade contra agente público constitui crime na hipótese de o autor da denúncia supor que o denunciado seja inocente.
- E** O responsável por ato de improbidade que conceda ou aplique indevidamente benefício financeiro ou tributário estará sujeito a sanções que devem ser aplicadas necessariamente de maneira cumulativa.

QUESTÃO 15

Foi encaminhado para análise de determinada procuradoria municipal um edital de pregão que visa à contratação de empresa especializada na manutenção de veículos do município.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da Lei n.º 10.520/2002.

- A** O objeto da contratação não permite a utilização da modalidade licitatória pregão, uma vez que essa modalidade não se enquadra nas hipóteses de bens e serviços comuns.
- B** A modalidade licitatória pregão poderá ser utilizada, sendo as propostas dos licitantes válidas por noventa dias para o caso de necessidade de convocação de outro licitante por recusa de assinatura contratual do vencedor.
- C** No pregão, a autoridade competente designará o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio, a qual deverá ser integralmente composta por servidores ocupantes de cargo efetivo e pertencentes ao quadro permanente do órgão.
- D** No pregão, são permitidos a exigência de garantia da proposta e o pagamento de taxas e emolumentos, para se resguardar o resultado útil do processo licitatório.
- E** Declarado o resultado do pregão, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, importando a não manifestação na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação.

DIREITO AMBIENTAL**QUESTÃO 16**

Roberto adquiriu, neste ano, uma propriedade de 10.000 hectares, localizada em área rural de vegetação de floresta tropical em João Pessoa. Sabendo que a utilização do seu imóvel deverá respeitar os limites do plano de manejo do local, por estar o bem situado dentro da Área de Preservação Ambiental Federal da Onça Bonita, e observando a legislação pertinente, ele pretende suprimir parte da vegetação de sua propriedade para atividade agropecuária.

Nessa situação hipotética, Roberto deverá pedir a autorização de supressão de vegetação de sua propriedade

- A** ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- B** ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
- C** ao Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (SFB/MMA).
- D** ao órgão estadual da Paraíba de meio ambiente.
- E** ao órgão municipal de João Pessoa de meio ambiente.

QUESTÃO 17

Foi requerido ao órgão ambiental do estado da Paraíba o licenciamento de um empreendimento de mineração que envolve as cidades de João Pessoa e de Cabedelo. Na fase dos estudos ambientais, percebeu-se que o plano diretor da cidade de João Pessoa não permitia a instalação de empreendimentos desse porte para explorar mineração. Diante da importância econômica do empreendimento para o estado, a Assembleia Legislativa da Paraíba estuda a viabilidade de editar uma lei que autorize a mineração na área, independentemente do porte do empreendimento.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que, com a edição da lei estadual, o empreendimento

- A** poderá tornar-se viável, não havendo impedimentos para a expedição de licença de instalação.
- B** poderá vir a ser viável, não existindo óbices para a expedição de licença prévia.
- C** poderá ser viável, não restando empecilhos para a expedição da licença de operação.
- D** poderá ser inviabilizado, pois somente a edição de uma lei federal que alterasse o plano diretor de João Pessoa superaria a dificuldade legal.
- E** poderá permanecer inviável, pois somente a edição de uma lei municipal que alterasse o plano diretor de João Pessoa poderia superar o óbice.

QUESTÃO 18

Carmen tem um imóvel de 10.000 hectares localizado na área rural de João Pessoa, com vegetação caatinga e margem de um rio dentro da propriedade. Quando Carmen comprou o terreno, em 2016, estava totalmente desmatada a vegetação da margem do rio situado em seu imóvel, e, agora, ela pretende construir uma grande casa nesse local. O restante da propriedade é um pomar, não havendo mais nenhuma área de vegetação nativa no imóvel.

Considerando-se essa situação hipotética e a legislação pertinente, é correto afirmar que a construção da casa de Carmen

- A** poderá ser legalmente aprovada sem óbice nenhum, porque a área do imóvel está localizada fora da Amazônia Legal.
- B** não poderá ser legalmente aprovada, visto que 50% da extensão do imóvel deve ser mantida como área de preservação permanente e reserva legal.
- C** poderá ser legalmente aprovada, pois seriam exigidas de Carmen a recomposição da área de preservação permanente e a reserva legal equivalente a 35% do imóvel.
- D** não poderá ser legalmente aprovada, porque 20% da extensão do imóvel deve ser mantida como área de reserva legal e a margem de rio é área de preservação permanente a ser recomposta.
- E** poderá ser legalmente aprovada, porque a supressão da vegetação da área de preservação permanente e da reserva legal foi realizada pelo proprietário anterior, e não por Carmen.

QUESTÃO 19

O governo da Paraíba editou uma lista de peixes em extinção diferente da estabelecida pelo Ministério do Meio Ambiente. Para tanto, pautou-se em estudo técnico sobre o estoque de peixes no estado e os impactos da exploração desses animais. Uma semana após a edição da lista estadual paraibana, fiscais da Secretaria de Meio Ambiente Municipal de João Pessoa abordaram um enorme barco pesqueiro com 16 toneladas de um dos peixes constantes da lista editada, no Porto de Cabedelo, prestes a partir para outro país.

Nessa situação hipotética, os fiscais da Secretaria de Meio Ambiente Municipal de João Pessoa

- A** não devem atuar administrativamente, pois o estado não detém competência para editar lista de espécies de peixes em extinção de modo a viabilizar uma operação fiscalizadora.
- B** devem atuar no âmbito administrativo com base no poder de polícia, tendo em vista que a competência ambiental administrativa é concorrente entre os entes federados.
- C** devem atuar no âmbito administrativo com base no poder de polícia, tendo em vista que a competência ambiental administrativa é comum entre os entes federados.
- D** não devem atuar administrativamente, porque a competência deve ser do órgão de fiscalização estadual, por ter sido este o ente responsável pela edição da lista de espécies de peixes em extinção.
- E** não devem atuar administrativamente, porque a competência deve ser do órgão de fiscalização federal, em razão da quantidade de pescados apreendida.

QUESTÃO 20

Uma empresa estrangeira pretende instalar uma indústria que fabricará pilhas e baterias na região industrial de João Pessoa.

Considerando-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é correto afirmar que, na avaliação dos custos do empreendimento, a obrigação de estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor,

- A** não se aplica ao segmento de operação dessa empresa estrangeira.
- B** aplica-se ao segmento de operação dessa empresa estrangeira, mas os custos somente serão exigidos após dez anos do início da atividade da indústria.
- C** aplica-se ao segmento de operação dessa empresa estrangeira, mas os custos somente serão exigidos após serem firmados acordos setoriais e termos de compromisso entre o poder público e o setor empresarial do ramo explorado.
- D** aplica-se ao segmento de operação dessa empresa estrangeira e ensejará novos custos, como o dever de disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis.
- E** não se aplica a essa empresa por ser ela estrangeira, sendo os novos custos suportados somente por empreendimentos nacionais.

DIREITO CIVIL E DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 21

Com base nas disposições do Código Civil a respeito de títulos de crédito, julgue os itens a seguir.

- I O endosso feito posteriormente ao vencimento tem efeito de cessão civil.
- II A simples assinatura do avalista no anverso do título confere validade ao aval.
- III A omissão de requisito legal não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 22

Paulo tem uma dívida de R\$ 1.000 com Pedro; este, por sua vez, também tem uma dívida de R\$ 1.000 com Paulo, de modo que ambas as dívidas são líquidas e exigíveis.

Nesse caso, a extinção da obrigação poderá ocorrer por

- A** dação.
- B** compensação.
- C** sub-rogação.
- D** confusão.
- E** imputação.

QUESTÃO 23

Um cliente de uma instituição bancária foi contatado, por mensagem via aplicativo de celular, pelo seu gerente, para que autorizasse a transferência de determinada quantia em dinheiro da conta-corrente para uma aplicação no mercado financeiro. Seis meses após ter permitido essa operação, o cliente constatou que não existia o investimento e não localizou o dinheiro disponibilizado. Solicitou, então, ao gerente que o valor fosse restituído à conta-corrente, mas ele recusou-se a fazê-lo.

Nessa situação hipotética, poderá haver responsabilização pessoal do gerente, uma vez que este feriu a boa-fé objetiva pelo instituto

- A** da exceção dolosa.
- B** do *tu quoque*.
- C** da *surrectio*.
- D** da supressão.
- E** do *venire contra factum proprium*.

QUESTÃO 24

Considere que, após declarada a insolvência do devedor, este tenha falecido. De acordo com a legislação pertinente, nesse caso, o crédito que primariamente goza de privilégio geral é o de

- A impostos devidos à fazenda pública.
- B salários de empregados domésticos.
- C despesas de funeral.
- D gastos necessários à manutenção da família do devedor.
- E despesas com o luto do cônjuge sobrevivente, caso exista.

QUESTÃO 25

Uma pessoa compareceu a um cartório de registro de imóveis para registrar escritura pública de venda e compra de um apartamento. Na ocasião, o oficial verificou que o imóvel não estava registrado em nome do outorgante.

De acordo com a Lei n.º 6.015/1973, que dispõe sobre registros públicos, o oficial deverá exigir o registro do título anterior, em razão do princípio da

- A legalidade.
- B fé pública.
- C especialidade.
- D prioridade.
- E continuidade.

QUESTÃO 26

Caso ocorram violações às regras de apadrinhamento de criança e adolescente, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento deverão imediatamente

- A suspender o ato de apadrinhamento.
- B instaurar processo administrativo para apuração da falta.
- C comunicar o fato ao Ministério Público.
- D notificar o fato à autoridade judiciária competente.
- E proibir o contato da criança com o representante do apadrinhador.

QUESTÃO 27

Após ter adquirido um lote a ser pago em prestações, o comprador verificou que o loteamento não se encontrava registrado.

Nessa situação hipotética, a lei que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano indica que o adquirente do bem deve

- A comunicar o fato ao Ministério Público.
- B registrar ocorrência policial.
- C exigir do loteador a anulação do contrato.
- D notificar o fato ao órgão municipal competente.
- E suspender o pagamento das prestações.

QUESTÃO 28

Leonardo, proprietário de uma chácara, contratou Tadeu para trabalhar como caseiro, oferecendo-lhe moradia na propriedade onde o serviço deverá ser prestado.

Nessa situação hipotética, caso ocorra o esbulho da posse da chácara durante uma viagem de férias de Leonardo, Tadeu

- A terá legitimidade para ingressar com ação possessória, porque detém a posse direta da chácara.
- B terá legitimidade para ingressar com ação possessória, pois, nessa situação, a posse é *pro diviso*.
- C terá legitimidade para ingressar com ação possessória, porque a situação fática constitui composses.
- D não terá legitimidade para ingressar com ação possessória, uma vez que a sua posse é mera detenção.
- E não terá legitimidade para ingressar com ação possessória, porque tem somente posse mediata do bem.

QUESTÃO 29

No curso de um contrato administrativo decorrente de regular procedimento licitatório, houve o desenquadramento da sociedade contratada como microempresa, por esta auferir receita bruta superior ao limite legal estabelecido para empresas dessa natureza.

Nessa situação hipotética, o contrato administrativo deverá

- A ser revisto, depois de notificada a contratada.
- B ser alterado quanto à forma de pagamento.
- C continuar vigente na forma como pactuado.
- D seguir com plenos efeitos, desde que seja provada a imprescindibilidade da sua manutenção.
- E ser rescindido por superveniente quebra da isonomia entre os sujeitos que concorreram no processo licitatório.

QUESTÃO 30

Um sócio de determinada sociedade limitada decidiu ceder as suas quotas empresariais. Contudo, no ato constitutivo dessa sociedade, não fora estipulada a forma de cessão de quotas.

Nessa situação hipotética, o referido sócio

- A poderá realizar a cessão a qualquer um dos sócios.
- B deverá dar preferência ao sócio que detiver mais cotas na sociedade.
- C deverá ter a anuência da maioria dos sócios.
- D poderá ceder suas cotas a qualquer um dos sócios; porém, se outro sócio se opuser, a eficácia do ato de cessão será obstada.
- E deverá distribuir as quotas proporcionalmente entre os sócios que indicarem interesse.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**QUESTÃO 31**

No âmbito do processo civil, o princípio da inércia da prestação jurisdicional impede que o juiz conheça e declare de ofício

- Ⓐ a existência da litispendência.
- Ⓑ a prescrição.
- Ⓒ a incompetência territorial.
- Ⓓ a incapacidade processual da parte.
- Ⓔ os honorários advocatícios de sucumbência.

QUESTÃO 32

Assinale a opção que indica matérias que, se não forem arguidas pelo réu em preliminar de contestação, ficarão sujeitas à preclusão.

- Ⓐ litispendência e coisa julgada
- Ⓑ convenção de arbitragem e nulidade de citação
- Ⓒ inépcia da petição inicial e incompetência absoluta
- Ⓓ defeito de representação e conexão
- Ⓔ incompetência relativa e falta de interesse processual

QUESTÃO 33

Às advocacias públicas municipais é garantido que

- Ⓐ o prazo para recorrer de decisões inicie-se no dia útil seguinte ao da publicação do ato jurisdicional, que deve ocorrer no diário oficial.
- Ⓑ o prazo para recorrer será contado em dobro, e o para contestar, em quádruplo.
- Ⓒ o prazo para praticar ato processual será contado em dobro, mesmo em se tratando de prazos próprios que sejam expressamente determinados na legislação.
- Ⓓ o prazo para praticar ato processual será de dez dias, desde que inexistir previsão legal ou prazo determinado pelo juiz dispondo de outra forma.
- Ⓔ o prazo para recorrer será computado a partir da juntada do mandado de intimação da parte assistida pela advocacia pública aos autos.

QUESTÃO 34

De acordo com a Lei n.º 12.153/2009, os juizados especiais da fazenda pública têm competência para processar e julgar

- Ⓐ ação de desapropriação de imóvel cujo valor não exceda sessenta salários mínimos.
- Ⓑ ação cujos sujeitos ativos sejam entes públicos da administração pública direta, autárquica e fundacional dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- Ⓒ ação rescisória para desconstituir as suas próprias decisões de mérito.
- Ⓓ ação de improbidade administrativa praticada por secretário municipal, cujo valor do dano ao erário não ultrapasse sessenta salários mínimos.
- Ⓔ mandado de segurança contra suas decisões interlocutórias proferidas, haja vista a irrecorribilidade imediata de decisões dessa natureza.

QUESTÃO 35

Roberto ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais contra um município. Após o regular processamento da ação, o juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido e condenou o município a pagar o equivalente a noventa salários mínimos a Roberto. O condenado interpôs recurso, mas o tribunal manteve a sentença, e o processo transitou em julgado. Em razão do não cumprimento espontâneo da condenação, Roberto apresentou petição de cumprimento de sentença.

Caso a petição apresentada por Roberto esteja regular, o juiz determinará a

- Ⓐ citação da procuradoria para, no prazo de trinta dias, promover o pagamento do valor da obrigação ou para apresentar embargos, sob pena de penhora de bens.
- Ⓑ intimação da procuradoria para, no prazo de quinze dias, promover o pagamento do valor da obrigação, sob pena de incidência de multa no percentual de 10%.
- Ⓒ intimação do prefeito municipal para, no prazo de quinze dias, pagar o valor da obrigação ou incluir no orçamento municipal do ano seguinte o valor da condenação acrescido de multa no percentual de 10%.
- Ⓓ expedição imediata de ordem de pagamento de precatório no valor da condenação, acrescido de multa no percentual de 10%.
- Ⓔ intimação da procuradoria para, no prazo de trinta dias, promover o pagamento do valor da obrigação ou para apresentar impugnação, o que, caso não seja feito no prazo legal, ensejará a expedição de ordem de pagamento de precatório.

QUESTÃO 36

A procuradoria de determinado município ingressou em juízo com pedido de concessão de tutela antecipada de urgência, de caráter antecedente, tendo apresentado todos os requisitos formais da petição inicial, mas não indicado o pedido de tutela final, que, segundo a procuradoria, seria feito por aditamento da petição inicial no prazo legal. Ao apreciar o pedido de tutela antecipada, o juiz o deferiu e concedeu prazo de trinta dias para a parte autora indicar o pedido de tutela final.

Nesse caso, a falta de aditamento da petição inicial com o pedido de tutela final conforme o prazo estabelecido implicará a

- Ⓐ extinção do processo, com resolução de mérito e a revogação da tutela antecipada concedida.
- Ⓑ extinção do processo, sem resolução de mérito, mas permanecendo em vigor a tutela antecipada concedida.
- Ⓒ suspensão do processo pelo prazo máximo de um ano, ou até a realização do aditamento, caso ocorra dentro desse limite de tempo, ficando a tutela antecipada também suspensa.
- Ⓓ extinção do processo, sem resolução de mérito, com revogação da tutela antecipada e aplicação de multa ao autor, por este ter atentado contra a dignidade da justiça.
- Ⓔ continuação do processo, devendo o autor aditar a petição inicial a qualquer tempo, desde que o faça antes da citação do réu, sob pena de revogação da tutela antecipada e extinção do processo, sem resolução de mérito.

QUESTÃO 37

No que se refere a ação de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- I Segundo entendimento do STJ, pessoa jurídica pode ser sujeito passivo de ação de improbidade administrativa.
- II Em ação de improbidade administrativa, embora se admita a concessão de tutela provisória para o bloqueio de bens, não é possível o afastamento cautelar do agente, o que somente poderá ocorrer após o trânsito em julgado da sentença que o reconhecer como autor do ato de improbidade.
- III É imprescritível a pretensão de ressarcimento de danos causados ao erário pela prática de ato doloso e tipificado na legislação que regula a ação de improbidade administrativa.
- IV Agentes que pratiquem ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito estarão sujeitos às cominações de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos pelo período de oito a dez anos.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 38

Julgue os próximos itens, relativos a recursos cíveis.

- I Cabe recurso extraordinário, mas não recurso especial, contra as decisões das turmas recursais que julguem recurso inominado cível.
- II O agravo de instrumento é o recurso cabível para atacar decisão que julgue embargos à arrematação e embargos à adjudicação.
- III O recurso de apelação é o instrumento processual adequado para impugnar tanto o julgamento antecipado de mérito quanto o julgamento antecipado parcial de mérito.
- IV Não cabe recurso contra decisão do relator que, em sede de agravo de instrumento, tenha concedido antecipação de tutela recursal em favor do agravante.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e IV estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Apenas os itens III e IV estão certos.

QUESTÃO 39

Felipe é casado com Ana há cinco anos e pretende ajuizar ação referente a direito real imobiliário.

Nessa situação hipotética, para a propositura da ação, o consentimento de Ana será

- A dispensável, haja vista o tempo de união do casal.
- B indispensável, caso eles sejam casados pelo regime de separação absoluta de bens.
- C dispensável, caso eles sejam casados pelo regime de comunhão universal de bens.
- D indispensável, caso eles sejam casados em regime matrimonial diverso do de separação absoluta de bens.
- E dispensável, independentemente do regime matrimonial do casal.

QUESTÃO 40

Lucas, fiador de Sérgio e réu em um processo referente ao bem resguardado pela fiança, pretende que Sérgio também figure no polo passivo dessa demanda.

Nessa situação hipotética, a modalidade de intervenção de terceiros que Lucas deve requerer é

- A a assistência simples.
- B a denúncia da lide.
- C o chamamento ao processo.
- D o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.
- E o *amicus curiae*.

QUESTÃO 41

O advogado de Fernando em determinado processo faleceu enquanto a ação ainda tramitava, e Fernando perdeu o prazo para indicação de novo procurador. No momento, está em curso um prazo processual para a parte contrária a Fernando, que é ré na demanda.

Considerando essa situação hipotética e as disposições processuais, assinale a opção correta.

- A Fernando poderá prosseguir no processo sem advogado.
- B Fernando terá nova oportunidade de indicar outro mandatário após o fim do prazo processual que está em curso.
- C Eventual pedido realizado pela parte contrária deverá ser deferido pelo juízo, uma vez que Fernando está sem advogado e se omitiu em constituir novo mandatário.
- D O processo deverá ser extinto sem resolução de mérito, porque Fernando não constituiu novo advogado após seu patrono ter falecido.
- E Os efeitos da revelia deverão ser declarados, haja vista a omissão de Fernando em indicar novo mandatário.

QUESTÃO 42

Luiza moveu ação contra Oliver, que não compareceu, injustificadamente, à audiência de conciliação.

Conforme os dispositivos que regem o procedimento processual comum, a ausência de Oliver

- A ensejará a presunção de que as alegações formuladas por Luiza são verdadeiras.
- B impedirá a realização de audiência de instrução e do julgamento.
- C não implicará qualquer sanção.
- D motivará a extinção do processo, sem resolução de mérito.
- E implicará sanção de multa a ele.

QUESTÃO 43

O pedido de gratuidade da justiça pode ser feito

- A em contestação, apenas, e, se deferido em favor do réu, o eximirá do pagamento de honorários advocatícios decorrentes da sucumbência.
- B em recurso, apenas, e, se deferido, afastará a responsabilidade da parte ré pelo pagamento de taxas e custas judiciais.
- C na inicial ou na contestação, porém, mesmo que deferido, não afastará das partes a responsabilidade pelos honorários advocatícios decorrentes da sucumbência.
- D na inicial, apenas, porém, mesmo que deferido, não afastará do autor a responsabilidade pelas despesas processuais.
- E na inicial ou em recurso, apenas, e, se deferido, afastará a responsabilidade das partes pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes da sucumbência.

QUESTÃO 44

Silvino, pai de Fábio, era parte em um processo e morreu durante o curso da demanda. Fábio, por ter interesse no prosseguimento da ação, optou por suceder ao pai como parte no processo.

A sucessão referida na situação hipotética deverá ser feita por

- A pedido de oposição.
- B oposição de embargos de terceiros.
- C pedido de substituição processual.
- D pedido de habilitação.
- E ajuizamento de ação sucessória.

QUESTÃO 45

Gabriel e Mateus envolveram-se em uma colisão no trânsito com seus respectivos veículos. Como eles não chegaram a um acordo, Mateus decidiu ingressar com ação judicial contra Gabriel.

Conforme o Código de Processo Civil, o foro competente para processar e julgar a referida demanda é o do

- A domicílio de Gabriel.
- B domicílio de Gabriel ou do local do fato.
- C domicílio de Gabriel ou de Mateus.
- D domicílio de Mateus ou do local do fato.
- E local de registro do veículo de Mateus.

DIREITO CONSTITUCIONAL**QUESTÃO 46**

Os bens jurídicos reconhecidos e protegidos constitucionalmente devem ser ordenados de tal forma que, havendo colisões entre eles, um não se realize à custa do outro. Essa máxima é representada, no âmbito da interpretação constitucional, pelo princípio

- A da concordância prática.
- B da supremacia da Constituição.
- C da máxima eficácia da norma constitucional.
- D da força normativa da Constituição.
- E do efeito integrador.

QUESTÃO 47

À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir, a respeito dos direitos e das garantias fundamentais.

- I A interceptação de comunicações telefônicas, submetida a cláusula constitucional de reserva de jurisdição, é admitida, na forma da lei, para fins de investigação criminal e apuração de ato de improbidade administrativa.
- II Não viola o direito à intimidade a requisição, pelo Ministério Público, de informações bancárias de titularidade de órgão e entidades públicas, a fim de proteger o patrimônio público.
- III Mesmo em caso de flagrante delito, o ingresso forçado de autoridade policial em domicílio, independentemente de autorização judicial, é condicionado à demonstração de fundada suspeita de ocorrência de crime no local.
- IV A inviolabilidade domiciliar não afasta a possibilidade de agentes da administração tributária, no exercício da autoexecutoriedade, ingressarem em estabelecimento comercial ou industrial, independentemente de consentimento do proprietário ou de autorização judicial.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 48

De acordo com a CF, os partidos políticos são

- A pessoas jurídicas de direito público às quais é vedado o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.
- B pessoas jurídicas de direito público às quais é assegurada autonomia para definir sua estrutura interna e para estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios.
- C pessoas jurídicas de direito público às quais é assegurada autonomia para adotar critérios de escolha e regime de suas coligações nas eleições majoritárias, desde que observada vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- D pessoas jurídicas de direito privado às quais é assegurada autonomia para adotar critérios de escolha e regime de suas coligações nas eleições majoritárias, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- E pessoas jurídicas de direito privado às quais é permitido o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiro, nos termos da lei.

QUESTÃO 49

Determinado município deixou de pagar, por vários anos consecutivos e sem motivo de força maior, sua dívida fundada.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A CF não prevê intervenção motivada por inadimplência de dívida fundada nos entes municipais.
- B** O governador do respectivo estado-membro poderá decretar intervenção no município, após o prévio provimento de ação interventiva pelo tribunal de justiça local.
- C** O governador do respectivo estado-membro poderá decretar intervenção no município, submetendo, no prazo de vinte e quatro horas, o respectivo decreto interventivo à apreciação da assembleia legislativa estadual.
- D** O governador do respectivo estado-membro ou o presidente da República poderá decretar intervenção no município.
- E** O governador do respectivo estado-membro poderá decretar intervenção no município, por tempo indeterminado, até cessarem os motivos da intervenção.

QUESTÃO 50

Com relação à competência legislativa dos municípios, é correto afirmar que é constitucional lei municipal que

- A** discipline o regime jurídico dos servidores e dos empregados públicos municipais.
- B** disponha sobre tempo máximo de espera de clientes em filas em estabelecimentos comerciais e bancários.
- C** trate sobre trânsito e transporte, nos limites autorizados por lei complementar federal.
- D** normatize, concorrentemente com legislação federal e estadual, procedimentos em matéria processual em geral.
- E** institua regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

QUESTÃO 51

Conforme o entendimento do STF e a legislação pertinente, a função constitucional atribuída ao Conselho Nacional de Justiça inclui

- A** o controle interno da atuação administrativa, financeira e disciplinar do Poder Judiciário.
- B** o controle de legalidade de atos normativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, o que não implica a possibilidade de afastar, por inconstitucionalidade, a aplicação de lei.
- C** o recebimento e conhecimento de reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, assim como o zelo pelo cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, incluídos os do STF.
- D** a revisão dos atos jurisdicionais dos magistrados e dos tribunais, exceto os do STF.
- E** a revisão, de ofício ou mediante provocação, a qualquer tempo, dos processos disciplinares contra serviços auxiliares do Poder Judiciário, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro.

QUESTÃO 52

Com base na CF, assinale a opção correta, acerca das funções essenciais à justiça.

- A** Os membros da Defensoria Pública e do Ministério Público gozam de vitaliciedade após dois anos de exercício da função, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- B** A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública.
- C** O advogado geral da União, chefe da Advocacia Geral da União, é selecionado entre integrantes da carreira maiores de trinta e cinco anos de idade e livremente nomeado pelo presidente da República.
- D** Às defensorias públicas é assegurada a iniciativa de leis que tratem da criação e da extinção de cargos, da remuneração de servidores e da fixação do subsídio dos defensores públicos.
- E** Aos membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública é vedado o exercício de atividade político-partidária.

QUESTÃO 53

Acerca da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), que consiste em instrumento constitucional que intensifica o poder de controle de constitucionalidade do STF, julgue os itens a seguir.

- I A ADPF tem como objeto exclusivo a proteção dos direitos e das garantias fundamentais previstos na CF, sendo admitida somente quando não houver outro meio de sanar a lesividade.
- II A ADPF pode ser proposta pelos entes legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, bem como por qualquer pessoa lesada ou ameaçada por ato do poder público.
- III A ADPF é admitida quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, ainda que anteriores à CF.
- IV Embora seja viável a utilização da ADPF para tratar de violação a preceito fundamental decorrente de decisões judiciais do próprio Poder Judiciário, esse instrumento constitucional não é a via adequada para a obtenção de interpretação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 54

A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê que a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios serão feitos por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após a divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei. Conforme o entendimento do STF e a classificação tradicional da aplicabilidade das normas constitucionais, tal previsão constitui norma de eficácia

- A** plena, pois de aplicabilidade imediata.
- B** plena, embora de aplicabilidade diferida.
- C** limitada, pois de aplicabilidade mediata.
- D** contida, pois de aplicabilidade mediata.
- E** contida, embora de aplicabilidade diferida.

QUESTÃO 55

João foi furtado nas dependências de uma entidade que é pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, a qual deixou de agir com o cuidado necessário à vigilância.

Nessa situação hipotética, considerando-se os dispositivos constitucionais e o entendimento do STF, a entidade

- A** deverá ser responsabilizada civilmente, com base na legislação civilista, pelo dano suportado por João.
- B** deverá ser responsabilizada civilmente, de forma objetiva e nos termos da CF, pelo dano suportado por João.
- C** deverá ser responsabilizada civilmente, de forma subjetiva e nos termos da CF, pelo dano suportado por João.
- D** não deverá ser responsabilizada civilmente, porque a segurança pública é dever do Estado.
- E** não deverá ser responsabilizada civilmente nos termos da CF, porque não integra a administração pública.

QUESTÃO 56

A reforma trabalhista aprovada em 2017 extinguiu a obrigatoriedade de contribuição sindical e condicionou seu pagamento à prévia e expressa autorização dos filiados ao sindicato. De acordo com o entendimento do STF, a referida reforma é

- A** incompatível com a CF, uma vez que fere a autonomia sindical.
- B** incompatível com a CF, uma vez que é necessária lei específica para a concessão de benefício fiscal.
- C** incompatível com a CF, pois, por tratar de normas gerais de direito tributário, o assunto deveria ser regulamentado por lei complementar.
- D** compatível com a CF, porque assegura a livre associação profissional ou sindical.
- E** compatível com a CF, porquanto o poder público é livre para interferir no sistema de organização sindical.

QUESTÃO 57

Considerando-se o entendimento do STF quanto à fixação de valores para pagamento de débitos judiciais pelos municípios por meio de requisição de pequeno valor (RPV), é correto afirmar que ao município é

- A** lícito fixar o valor, desde que estabelecido em lei complementar.
- B** lícito fixar o valor, desde que atendidos o princípio da proporcionalidade e a capacidade econômica do ente federado.
- C** lícito fixar o valor, podendo este ser menor que o valor correspondente ao maior benefício do regime geral de previdência social.
- D** ilícito fixar o valor, devendo o débito municipal ser pago apenas por meio de precatório.
- E** ilícito fixar o valor por meio de lei ordinária, devendo tal fixação ser prevista na lei orgânica municipal.

QUESTÃO 58

Com relação à Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa, julgue os seguintes itens.

- I O Centro de Estudos Mário Moacyr Porto é um órgão de atuação programática da Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa e tem como uma de suas funções promover o aperfeiçoamento intelectual dos procuradores.
- II O procurador do município não poderá transigir, confessar, desistir ou acordar em juízo, salvo se expressamente autorizado pelo prefeito.
- III Ressalvada ordem ou autorização expressa do procurador-geral do município, é vedado a procurador do município manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto pertinente às suas funções.
- IV A censura é uma das penalidades disciplinares a que os procuradores do município estão passíveis e serão aplicadas no caso de reincidência em falta já punida com advertência.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 59

Conforme a Lei Orgânica do Município de João Pessoa, é permitida a aprovação, sem quórum de maioria absoluta e por lei ordinária, de legislação que trate

- A do código tributário municipal.
- B do regime jurídico dos servidores.
- C do código de meio ambiente.
- D de diretrizes básicas dos órgãos municipais.
- E de criação de autarquia.

QUESTÃO 60

À luz das disposições constitucionais e do entendimento do STF sobre a competência legislativa concorrente, é correto afirmar que os municípios

- A podem suplementar legislação federal ou estadual no que lhes couber.
- B não podem suplementar legislação estadual, por expressa proibição constitucional.
- C não podem suplementar legislação federal, pois apenas os estados têm essa atribuição.
- D não podem suplementar qualquer legislação, pois não estão incluídos entre os entes que possuem tal competência, os quais são elencados expressamente no texto constitucional.
- E podem suplementar lei federal, mas a superveniência de nova lei de âmbito nacional que trate de normas gerais invalidará a lei municipal.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 61

Em convenção coletiva do trabalho, estabeleceu-se cláusula que proíbe determinado condomínio residencial de contratar empregados terceirizados — porteiros, zeladores e prestadores de serviços gerais — para a realização de atividade fim.

Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento do TST, essa cláusula deve ser considerada

- A válida, uma vez que as atividades fim não podem ser contratadas por meio de terceirização.
- B nula quanto aos prestadores de serviços gerais, uma vez que essa categoria profissional não presta serviços classificados como atividade fim em um condomínio.
- C nula, pois limitou a iniciativa empresarial para a consecução de objetivo considerado regular e lícito, em desacordo, portanto, com o princípio da livre concorrência.
- D válida, produzindo todos os efeitos legais, salvo se for declarada nula pelo Poder Judiciário por não atender um requisito formal.
- E válida em razão da autonomia das convenções e dos acordos coletivos de trabalho para estabelecerem as condições de trabalho para as categorias profissionais que regem.

QUESTÃO 62

Uma convenção coletiva do trabalho previu que a base de cálculo da participação nos lucros e resultados (PLR) seria o salário-base acrescido de verbas fixas de natureza salarial.

Nesse caso, considerando o entendimento do TST, os valores pagos a título de horas extras

- A devem ser considerados para efeito de cálculo na PLR, uma vez que têm natureza salarial.
- B devem ser considerados para efeito de cálculo na PLR se for comprovado que as horas extras eram prestadas com habitualidade.
- C não devem ser computados para efeitos de pagamento de PLR, pois têm natureza indenizatória.
- D não devem ser computados para efeitos de pagamento de PLR, mesmo se for comprovado que as horas extras eram prestadas com habitualidade, pois eles têm caráter variável.
- E não devem ser computados para efeitos de pagamento de PLR, pois a cláusula é nula por acrescentar indevidamente verbas fixas de natureza salarial.

QUESTÃO 63

A respeito do agravo de petição no processo de execução trabalhista, é correto afirmar que

- A a interposição desse recurso suspende o curso da execução até o seu julgamento final.
- B a parte executada deve delimitar os valores impugnados, de forma a possibilitar a execução da parte incontroversa.
- C a interposição desse recurso para obter um acréscimo no valor já apurado deverá delimitar o valor que deseja crescer.
- D esse é um recurso cabível contra decisão homologatória de cálculos.
- E é necessário o recolhimento do depósito recursal quando da interposição desse recurso na fase executória, mesmo estando garantido o juízo.

QUESTÃO 64

Considerando-se o entendimento dos tribunais superiores acerca das atividades insalubres ou perigosas, é correto afirmar que

- A os tripulantes de uma aeronave que permanecerem a bordo enquanto ocorre o abastecimento devem receber o adicional de periculosidade em razão do risco a que estão expostos.
- B caso a perícia ateste a atividade como insalubre, este fato é suficiente para que o empregado possua o direito de receber o respectivo adicional.
- C o trabalho exercido em condições perigosas, mas de forma intermitente, não gera ao empregado o direito ao recebimento do adicional de periculosidade, uma vez que o risco nesse caso é reduzido.
- D em uma demanda judicial para a concessão e pagamento de adicional de insalubridade, caso seja constatado pela perícia agente nocivo diverso do apontado na inicial, o pedido deverá ser julgado improcedente.
- E no caso de a empresa ter efetuado, de forma espontânea, o pagamento do adicional de periculosidade, não é necessária a realização de perícia tendo em vista que o fato se tornou incontroverso.

QUESTÃO 65

Acerca da estabilidade dos membros da CIPA, assinale a opção correta.

- A** O empregado que tiver registrado a candidatura e tiver sido eleito membro da CIPA durante a vigência de contrato de experiência não terá o direito à estabilidade.
- B** A extinção do estabelecimento onde o empregado eleito membro da CIPA trabalhe não acarreta a extinção da estabilidade, visto que o empregado terá direito ao recebimento de todas as garantias até o final da projeção do seu mandato.
- C** Terão direito à estabilidade os membros da CIPA representantes dos empregados e dos empregadores, sejam eles titulares ou suplentes.
- D** Em regra, a estabilidade dos membros da CIPA permanece até o final do mandato, ainda que o empregado renuncie ao cargo de membro da CIPA.
- E** Não existe limite para reeleição de empregado como membro da CIPA, de forma que a estabilidade permanece até o final do último mandato.

DIREITO FINANCEIRO**QUESTÃO 66**

Em relação ao conceito, às espécies e à natureza jurídica do orçamento público, julgue os itens a seguir.

- I De acordo com a jurisprudência do STF, o orçamento público, em regra, possui caráter autorizativo, ou seja, o simples fato de uma despesa ser incluída no orçamento não gera direito subjetivo à sua realização.
- II O orçamento público é instrumentalizado por meio de lei que possui caráter formal, o que torna inviável o seu controle em sede abstrata.
- III O orçamento base-zero constitui uma técnica de elaboração do orçamento em que há o reexame crítico dos dispêndios de cada área governamental, de modo que não há compromisso com o montante de dispêndios do exercício anterior.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 67

No que tange aos princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- A** O princípio da unidade prevê que o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas da administração pública.
- B** O princípio da universalidade reflete a necessidade de existir apenas um único orçamento para o exercício financeiro.
- C** Pelo princípio da anualidade, o exercício financeiro deve necessariamente coincidir com o ano civil.
- D** Segundo o princípio da especificação, todas as receitas e despesas do orçamento constarão pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- E** A abertura de créditos especiais ou extraordinários autorizada por ato promulgado nos últimos quatro meses de um exercício financeiro pode ser considerada uma exceção ao princípio da anualidade.

QUESTÃO 68

Acerca das espécies e da tramitação legislativa das leis orçamentárias, assinale a opção correta.

- A** A lei que instituir a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) estabelecerá, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e para outras delas decorrentes.
- B** O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- C** O plano plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo-se as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- D** No âmbito federal, emendas a projeto de lei orçamentária anual (LOA) somente poderão ser apresentadas ao plenário das duas Casas do Congresso Nacional, que as apreciarão na forma do regimento comum.
- E** Emendas a projeto de lei orçamentária anual (LOA) devem indicar os recursos necessários, sendo admitida como fonte a anulação de despesa para pessoal e seus encargos.

QUESTÃO 69

Um município do estado da Paraíba celebrou convênio com a União para a construção de uma unidade hospitalar de pronto-atendimento, em 2014, tendo oferecido uma contrapartida de 20% do valor do convênio.

Nessa situação hipotética, a responsabilidade de julgar as contas dos administradores dos recursos do convênio caberá exclusivamente ao

- A** TCU, em relação aos recursos federais, e ao TCE-PB, quanto aos recursos municipais.
- B** TCU.
- C** TCE-PB.
- D** Poder Legislativo federal, em relação aos recursos federais, e ao Poder Legislativo municipal, quanto aos recursos municipais.
- E** Poder Legislativo municipal.

QUESTÃO 70

No que concerne à classificação das receitas, assinale a opção correta.

- A** Receitas efetivas são as que não resultam em acréscimos ao patrimônio público, pois decorrem de fatos contábeis modificativos.
- B** Receitas não efetivas são aquelas que decorrem de fatos contábeis permutativos e que alteram positivamente a situação do patrimônio público.
- C** Receitas originárias são as obtidas pelo Estado por meio do seu poder de autoridade, sendo captadas de forma coercitiva dos particulares.
- D** Receitas parafiscais são as arrecadadas com destinação às entidades que não fazem parte do núcleo da administração do Estado.
- E** Receitas derivadas são as obtidas de forma espontânea e voluntária dos particulares, em decorrência da exploração de patrimônio do Estado.

QUESTÃO 71

A respeito da classificação das despesas, julgue os itens subsequentes.

- I Segundo a classificação funcional, a função “encargos especiais” engloba as despesas que não possam ser associadas a um bem ou a um serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, representando, portanto, uma agregação neutra.
- II Na classificação programática, os projetos consistem em instrumentos de programação para alcançar o objetivo de um programa e envolvem um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, do que resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo.
- III Na classificação funcional, é vedada a combinação de subfunções com funções diferentes daquelas a que já estejam vinculadas.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 72

No que se refere à disciplina constitucional dos precatórios, assinale a opção correta.

- A** Com a Emenda Constitucional n.º 62/2009, a atualização dos valores dos precatórios, após a expedição até o efetivo pagamento, passou a ser feita pela taxa SELIC.
- B** No orçamento das entidades de direito público, é obrigatória a inclusão de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado e constantes de precatórios judiciais apresentados até o final desse mesmo exercício.
- C** Segundo a jurisprudência do STF, uma vez expedido o precatório, deve o credor aguardar o pagamento dos valores até o fim do ano seguinte, contando apenas com a expectativa de correção monetária dos valores, mas não com a inclusão de juros de mora.
- D** Os débitos de natureza não alimentícia cujos titulares sejam portadores de doença grave ou pessoas com deficiência serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao quádruplo do fixado para as obrigações de pequeno valor.
- E** Não se admite o fracionamento de débitos de natureza alimentícia para fins da aplicação do direito de preferência dos precatórios cujos titulares tenham sessenta anos de idade.

QUESTÃO 73

Considerando o estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a opção que indica o instrumento por meio do qual serão avaliados os passivos contingentes e outras situações capazes de afetar as contas públicas, com informações sobre as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

- A** anexo de metas fiscais
- B** relatório de gestão fiscal
- C** relatório resumido de execução orçamentária
- D** anexo de riscos fiscais
- E** plano plurianual

QUESTÃO 74

À luz da LRF, julgue os próximos itens.

- I São exigências para a realização de transferência voluntária, entre outras, a observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária e de operações de crédito e a previsão orçamentária de contrapartida pelo recebedor.
- II Em nenhuma hipótese poderão ser utilizados recursos públicos, nem mesmo de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.
- III Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação.
- IV A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, por instituições financeiras estatais, deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na LDO e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 75

Os limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados e dos municípios são estipulados por meio de

- A** lei de iniciativa do Congresso Nacional.
- B** lei de iniciativa do presidente da República.
- C** decreto do presidente da República.
- D** resolução do Congresso Nacional.
- E** resolução do Senado Federal.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO**QUESTÃO 76**

À luz da Lei n.º 8.213/1991, é(são) dependente(s) do segurado do regime geral de previdência social

- A** os pais, desde que com idade superior a sessenta anos.
- B** o irmão não emancipado e menor de vinte e quatro anos de idade.
- C** a companheira ou o companheiro, desde que em união estável há mais de dois anos.
- D** o filho não emancipado e menor de vinte e quatro anos de idade.
- E** os pais, em qualquer idade.

QUESTÃO 77

Joana, filiada ao regime geral de previdência social e contribuinte há dez meses, sofreu um acidente de carro, que lhe causou incapacidade para o trabalho pelo período de quinze dias.

Nesse caso, Joana

- A** receberá auxílio-acidente.
- B** receberá auxílio-doença, independentemente do preenchimento do período de carência.
- C** não receberá auxílio-doença, porque não cumpriu o período de carência correspondente a doze contribuições mensais.
- D** receberá aposentadoria por invalidez caso a incapacidade seja constatada por exame médico a cargo da previdência social.
- E** não receberá benefício nenhum da previdência social.

QUESTÃO 78

Carlos, beneficiário de aposentadoria por idade, ajuizou ação previdenciária visando à revisão do benefício porque o percentual aplicado para apuração da renda mensal inicial (RMI) foi 88%, e ele comprovou, na data de início do benefício (DIB), possuir trinta anos de tempo de contribuição.

Considerando-se que a DIB de Carlos tenha ocorrido em 20/5/2010 e que a ação tenha sido ajuizada em 20/5/2018, é correto afirmar que

- A** o direito de ação está fulminado pela decadência.
- B** estão prescritas apenas as parcelas vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.
- C** o cálculo da RMI está correto, dadas as regras aplicáveis à aposentadoria por idade.
- D** o direito de ação está totalmente fulminado pela prescrição do fundo do direito.
- E** o percentual aplicado para apuração da RMI deveria ser alterado de 88% para 90%, em razão do tempo de contribuição.

QUESTÃO 79

Maria, segurada do regime próprio de previdência dos servidores públicos, ingressou no serviço público em 6/9/1990 e completará cinquenta e cinco anos de idade em 1.º/1/2019, quando pretende requerer aposentadoria.

Considerando-se que Maria, antes de ingressar no serviço público, tenha contribuído para o regime geral de previdência social no período de 1.º/1/1988 a 31/12/1989, é correto afirmar que ela

- A** deverá preencher os requisitos para aposentadoria voluntária em 1.º/1/2019, independentemente de contagem recíproca.
- B** poderá solicitar aposentadoria compulsória em 1.º/1/2019, mesmo que não solicite a contagem recíproca.
- C** deverá preencher os requisitos para aposentadoria voluntária em 1.º/1/2019 somente se obtiver a contagem recíproca do tempo de contribuição.
- D** terá, na data de requerimento de sua aposentadoria, proventos calculados com base na média dos 80% dos maiores salários de contribuição.
- E** não poderá solicitar contagem recíproca do tempo de contribuição.

QUESTÃO 80

O regime de previdência complementar

- A** é operado por entidades de previdência complementar, que são classificadas em fechadas e abertas.
- B** é de filiação compulsória, embora seja organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social.
- C** prevê, obrigatoriamente, a portabilidade, que é o saque da totalidade das contribuições vertidas pelo participante, descontadas as parcelas de custeio administrativo.
- D** poderá prever o benefício proporcional diferido, a ser concedido depois de cumpridos os requisitos de elegibilidade.
- E** prevê, facultativamente, o resgate, que é o direito do participante para migrar para outro plano.

Espaço livre

DIREITO TRIBUTÁRIO

Situação hipotética 1A12-I

Uma empresa agrícola de pequeno porte, formada por dois sócios, ambos administradores da sociedade, cuja fonte de faturamento era unicamente a produção de soja, foi submetida à execução fiscal de um município pelo não recolhimento de ITBI. Na certidão de dívida ativa (CDA) e no polo passivo, constou apenas a sociedade. O fato gerador foi a incorporação de uma fazenda ao patrimônio da empresa para integralização do capital social. A citação da executada — feita na pessoa de um dos sócios — foi válida. A executada não pagou nem nomeou bens à penhora. O município foi intimado para prosseguir com a execução, uma vez que não foram encontrados bens da devedora. Seis anos após a última intimação, o município requereu, e o juiz deferiu, o redirecionamento da execução fiscal contra o outro sócio administrador. Tal deferimento ocorreu porque não foram encontrados bens do devedor — sócio na pessoa do qual foi feita a citação da executada —, e a empresa, depois da citação, simplesmente fechou as portas e deixou de funcionar, sem comunicar as autoridades. Na tentativa de citação desse outro sócio administrador, constatou-se que ele havia falecido um mês antes da citação da devedora. A comunicação do falecimento, constante dos autos, foi feita no mês seguinte ao da citação. Assim, foi deferido o pedido de redirecionamento contra o espólio daquele sócio administrador, cujo inventário ainda estava aberto.

QUESTÃO 81

Considerando a situação hipotética 1A12-I, assinale a opção correta.

- Ⓐ Há nulidade da execução, porque quem deve figurar como sujeito ativo da execução fiscal é o estado, e não o município.
- Ⓑ A execução é indevida, porque não era caso de incidência do ITBI.
- Ⓒ A executada poderia ajuizar os embargos à execução no prazo de quinze dias da juntada do mandado de citação.
- Ⓓ O redirecionamento da execução fiscal foi equivocado porque decorreu da simples dissolução irregular da empresa.
- Ⓔ É regra geral no âmbito nacional a isenção do ITBI para empresas de pequeno porte.

QUESTÃO 82

Ainda considerando a situação hipotética 1A12-I, assinale a opção correta.

- Ⓐ Após a citação da empresa, não ocorreu a prescrição.
- Ⓑ Emenda à execução fiscal para inclusão de espólio no polo passivo deverá ser acatada pelo juiz.
- Ⓒ O redirecionamento contra o espólio do administrador foi correto.
- Ⓓ Como a integralização de capital com bens imóveis é gratuita, o imposto a ser incidido deveria ter sido o ITCMD, em vez do ITBI.
- Ⓔ Garantido o juízo, a empresa poderia ajuizar embargos à execução, suscitando a inexistência de relação jurídico-tributária.

QUESTÃO 83

Uma empresa de locação de guindastes, locados juntamente com os seus operadores, foi autuada pelo fisco em razão do não recolhimento de ISS.

Nessa situação hipotética, a autuação da empresa foi

- Ⓐ ilícita, porque a locação de guindastes não configura uma obrigação de fazer passível de tributação pelo ISS.
- Ⓑ lícita, uma vez que a locação de bens móveis configura obrigação de fazer.
- Ⓒ ilícita, porque não era caso de incidência do ISS, mas sim do ICMS, visto se tratar de operação mista.
- Ⓓ lícita, porque se trata de operação mista de locação de bens móveis e de prestação de serviços de operação de máquinas (guindastes).
- Ⓔ ilícita, porque deve incidir o IPVA sobre os guindastes, já que estes são veículos automotores.

QUESTÃO 84

Em relação ao domicílio tributário municipal de um contribuinte de João Pessoa – PB, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não tendo o contribuinte pessoa jurídica de direito privado elegido o seu domicílio tributário, será considerado como tal o lugar da ocorrência de atos que deram origem à obrigação.
- Ⓑ O contribuinte tem direito de eleger seu domicílio, ainda que este dificulte a fiscalização do tributo.
- Ⓒ O sujeito passivo da obrigação principal pode deixar de comunicar ao município a mudança de domicílio, caso a descreva na declaração do imposto de renda do ano seguinte da alteração.
- Ⓓ O produtor rural com o centro habitual de sua atividade conhecido, que não tenha elegido seu domicílio e cuja residência seja desconhecida deve ser notificado por edital.
- Ⓔ Em relação a pessoa jurídica de direito público que não eleger seu domicílio, a prefeitura, e não outra repartição, será considerada como o seu domicílio.

QUESTÃO 85

Sociedade devedora de tributos municipais de João Pessoa sofreu cisão parcial. Em seguida, a empresa cindida se fundiu com uma terceira empresa. O fiscal tributário autuou a empresa que resultou da fusão pela dívida da empresa cindida, a qual não promoveu a sua liquidação.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, com relação à responsabilidade tributária por sucessão empresarial.

- Ⓐ A responsabilização da terceira empresa decorreu do instituto da transformação da empresa.
- Ⓑ Com a cisão, defere-se ao município a responsabilização dos sócios da empresa que resultou da cisão.
- Ⓒ A empresa que resultou da cisão não responde pelo débito da empresa cindida.
- Ⓓ A fusão de empresas gera responsabilidade por subsidiariedade.
- Ⓔ Os sócios administradores respondem solidariamente com a empresa que deixar de funcionar sem proceder a sua liquidação.

QUESTÃO 86

Contribuinte juridicamente pobre foi submetido a execução fiscal do município de João Pessoa – PB. Sem recursos para pagar o débito e sem bens para penhorar, o contribuinte ajuizou ação anulatória de débito fiscal, mas não fez o depósito preparatório.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, a respeito da ação anulatória de débito fiscal.

- A** Existe ao menos um motivo para que a ação seja extinta sem julgamento do mérito.
- B** O depósito preparatório antes da execução fiscal impediria o ajuizamento da ação antiexacional, impondo a extinção da execução fiscal.
- C** Ainda que haja o depósito preparatório, a ação antiexacional ajuizada não poderá ser suspensa após o ajuizamento da execução fiscal.
- D** Ajuizada ação anulatória de débito fiscal, não havendo depósito preparatório antes da execução fiscal, suspende-se futura execução fiscal.
- E** Ajuizada ação anulatória de débito fiscal, não havendo depósito preparatório depois da execução fiscal, suspende-se a execução fiscal.

QUESTÃO 87

Assinale a opção que apresenta uma hipótese de extinção do crédito tributário do ISS de João Pessoa – PB.

- A** depósito recursal
- B** imunidade tributária
- C** compensação
- D** decisão judicial sem trânsito em julgado
- E** dação em pagamento de bens móveis

QUESTÃO 88

Considere que lei tributária tenha instituído novos critérios de apuração de tributo municipal e que tenha ampliado os poderes de investigação do auditor. Com relação a esse caso, é correto afirmar, com base nos dispositivos normativos do Código Tributário Nacional (CTN), que será aplicada ao lançamento

- A** lei nova apenas se tiver vigência retroativa ao tempo do fato gerador.
- B** lei nova vigente após a ocorrência do fato gerador, desde que não amplie os poderes de investigação.
- C** lei antiga vigente ao tempo do fato gerador, mesmo que tenha sido modificada.
- D** lei vigente ao tempo do fato gerador, mesmo que tenha sido revogada.
- E** lei nova vigente após a ocorrência do fato gerador e vigente também ao tempo do lançamento.

QUESTÃO 89

A Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa foi consultada a respeito da possibilidade de se aumentar a receita orçamentária decorrente de imposto territorial rural.

Em relação a essa situação hipotética e ao referido tributo, é correto afirmar que, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), o município

- A** deverá auferir a totalidade do produto de arrecadação, se optar por promover sua cobrança e fiscalização.
- B** não poderá realizar fiscalização e cobrança, uma vez que o imposto em questão é um tributo federal.
- C** poderá deferir ao Estado sua cobrança e fiscalização.
- D** poderá aumentar a alíquota por lei municipal.
- E** poderá instituir renúncia fiscal por meio de lei municipal.

QUESTÃO 90

A Procuradoria-Geral do Município de João Pessoa foi instada a se manifestar sobre a incidência tributária no caso de serviço de transporte dentro do município e no caso de fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em restaurantes.

Nessa situação hipotética,

- A** o ICMS incidirá no tocante ao fornecimento de mercadorias, e o ISS, sobre os serviços de forma segregada.
- B** incidirá ISS sobre a primeira operação, e ICMS, sobre a segunda.
- C** incidirá ISS em ambas as operações.
- D** incidirá ICMS em ambas as operações.
- E** incidirá ICMS sobre a primeira operação, e ISS, sobre a segunda.

QUESTÃO 91

Titular de serviço notarial situado em João Pessoa – PB contestou judicialmente a incidência de ISS sobre sua atividade.

À luz da CF e da jurisprudência, é correto afirmar que a referida atividade

- A** não se sujeita ao ISS, por não constar do rol de serviços da Lei Complementar n.º 116/2003.
- B** possui isenção tributária prevista na Lei Complementar n.º 116/2003.
- C** tem caráter privado por delegação do poder público e está sujeita ao ISS.
- D** está sujeita exclusivamente ao imposto de renda.
- E** tem caráter público por delegação do poder público e possui imunidade tributária.

QUESTÃO 92

Empresa devedora de tributo municipal e multas moratórias e punitivas aplicadas pelo município foi extinta, e um dos sócios continuou, com firma individual, a exploração da mesma atividade empresarial.

Nessa situação hipotética,

- A** não ocorreu transferência da responsabilidade por sucessão.
- B** ocorreu transferência da responsabilidade de pagamento dos tributos, mas não das multas punitivas.
- C** ocorreu transferência da responsabilidade de pagamento dos tributos e das multas moratórias, mas não das multas punitivas.
- D** ocorreu transferência da responsabilidade de pagamento dos tributos e das multas moratórias e punitivas.
- E** ocorreu transferência da responsabilidade por substituição.

QUESTÃO 93

A procuradoria de determinado município foi consultada acerca da incidência de ITBI sobre contratos de promessa de compra e venda de imóvel e sobre aquisição de propriedade mediante usucapião.

De acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que

- A** não deverá haver incidência de ITBI em nenhuma das hipóteses.
- B** deverá haver incidência de ITBI apenas na primeira hipótese.
- C** deverá haver incidência de ITBI apenas na segunda hipótese.
- D** deverá haver incidência de ITBI em ambas as hipóteses.
- E** somente deverá haver incidência de ITBI no primeiro caso se houver pagamento de arras.

QUESTÃO 94

Lei municipal instituiu hipótese de anistia tributária com intuito de excluir determinados valores devidos por empresas da região. De acordo com o CTN e com a doutrina, a anistia incide sobre os valores oriundos de

- A** tributos e infrações já lançados.
- B** infrações já cometidas, mas ainda não lançadas.
- C** tributos e infrações já cometidas, mas ainda não lançadas.
- D** tributos e infrações ainda não cometidas.
- E** tributos já lançados.

QUESTÃO 95

O Ministério Público do Estado da Paraíba (MPE-PB) propôs ação civil pública pleiteando a inconstitucionalidade de taxa de limpeza urbana criada pelo município de João Pessoa.

De acordo com a jurisprudência do STF e com a Lei federal n.º 7.347/1985, é correto afirmar que, nesse caso, o MPE-PB

- A** possui legitimidade para propor a referida ação, por se tratar de direito difuso.
- B** possui legitimidade para propor a referida ação, por se tratar de direito coletivo.
- C** possui legitimidade para propor a referida ação, por se tratar de direito individual homogêneo.
- D** não possui legitimidade para propor a referida ação: a lei veda a utilização dessa espécie de ação em matéria tributária.
- E** não possui legitimidade para propor a referida ação, embora a lei permita a utilização dessa espécie processual em matéria tributária.

DIREITO URBANÍSTICO**QUESTÃO 96**

Determinado município possui, por obrigatoriedade constitucional, plano diretor, que foi devidamente aprovado pela câmara municipal. A existência desse documento permite afirmar que esse município

- A** possui mais de vinte mil habitantes.
- B** possui entre cinco mil e quinze mil habitantes.
- C** possui competência para criar novos institutos de direito urbanístico.
- D** deve incluir nos orçamentos futuros o valor da indenização dos imóveis já desapropriados, respeitando o limite de cinco anos para o parcelamento.
- E** é isento de observância da função social da propriedade para imóveis pluri-habitacionais.

QUESTÃO 97

À luz da jurisprudência do STJ, assinale a opção correta, acerca do direito urbanístico.

- A** A administração tem responsabilidade solidária de execução subsidiária em caso de dano ambiental-urbanístico, sendo necessária a demonstração de omissão específica e direta do ente estatal para caracterização da responsabilidade.
- B** As infrações ao meio ambiente não são de caráter continuado, razão pela qual ações de pretensão de cessação de danos ambientais-urbanísticos decorrentes de loteamento irregular são prescritíveis.
- C** O município é titular do dever de regularizar loteamentos clandestinos ou irregulares, sendo-lhe vedado alterar a malha urbana já implementada, sob risco de prejudicar os moradores já instalados.
- D** O município tem o poder-dever de agir para fiscalizar e regularizar loteamento irregular, pois é o responsável pelo parcelamento, pelo uso e pela ocupação do solo urbano, atividade essa que é vinculada, e não discricionária.
- E** No campo ambiental-urbanístico, vale a norma contemporânea ao julgamento da causa, dispensando-se a mais rigorosa vigente à época dos fatos.

QUESTÃO 98

O ministério público local tomou conhecimento do loteamento irregular de determinada área para fins urbanos. O *parquet* constatou que o loteamento não possuía autorização do órgão público competente e estava em desacordo com as normas do município.

Nesse caso, o responsável pelo loteamento irregular cometeu crime contra a administração pública, que, de acordo com a Lei n.º 6.766/1979, será qualificado se tiver sido cometido

- A** por agente público no exercício de suas funções.
- B** pela definição de lotes de área inferior a 80 m².
- C** para venda de lote sem registro no cartório de registro de imóveis competente.
- D** em área de preservação ambiental sujeita a regime especial de uso.
- E** em área de reserva legal averbada na matrícula do imóvel.

QUESTÃO 99

De acordo com a Política Nacional de Mobilidade Urbana, os entes federativos poderão utilizar como instrumento de gestão do sistema de transporte e da mobilidade urbana

- A** o rodízio de veículos de tração humana.
- B** vedações à criação de faixas de transporte público não motorizado.
- C** o combate ao transporte ilegal de passageiros, sendo vedado o estabelecimento de convênios para tal fim.
- D** o rodízio de veículos motorizados.
- E** a delegação do poder de polícia para o combate ao transporte ilegal de passageiros.

QUESTÃO 100

Um proprietário de determinada área urbana de quarenta hectares abriu novas vias e designou pequenas parcelas do terreno para venda a terceiros, com a finalidade de construção de moradias em sistema de condomínio.

Nessa situação hipotética, esse proprietário realizou

- A** o loteamento da sua propriedade, que deverá conter lotes de, no mínimo, 125 m².
- B** o desmembramento da sua propriedade, que deverá conter lotes de, no mínimo, 125 m².
- C** o loteamento da sua propriedade, que deverá conter lotes de, no máximo, 125 m².
- D** o desmembramento de sua propriedade, devendo solicitar à prefeitura local a definição de diretrizes para uso do solo, mediante apresentação da planta do imóvel, que deverá conter as divisas da gleba desmembrada.
- E** o loteamento de sua propriedade, devendo solicitar à prefeitura local a aprovação do projeto, mediante apresentação da planta do imóvel, que deverá conter a indicação das vias existentes e dos loteamentos próximos.

Espaço livre